



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2024

## PROVA OBJETIVA – (MANHÃ)

### ANALISTA LEGISLATIVO ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- O parecer jurídico deve ser redigido em até 60 (sessenta) linhas.



#### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta minutos)** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de texto definitivo;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de texto definitivo;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e folha de texto definitivo em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de texto definitivo;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

1

A citação da fala de uma atriz de teatro dizia o seguinte:

“Não, sou projetada. A coxa é minha, o abdome também. Inclusive o peito é meu, eu comprei ele (sic)”.

Sobre essa fala, assinale a afirmativa correta.

- (A) O emprego de “Não” ao início do texto mostra que a fala responde a uma pergunta que afirmava ser a atriz uma construção da cirurgia plástica.
- (B) Ao dizer “A coxa é minha”, a atriz está querendo dizer que não houve modificações plásticas em sua coxa.
- (C) Ao dizer que “o peito é meu”, a atriz mostra que tem preocupações estéticas em sua atividade.
- (D) A fala da atriz mostra um erro na construção da frase “Eu comprei ele”, sendo a forma correta “eu lhe comprei”.
- (E) O emprego do latinismo “sic” mostra que a frase foi modificada pelo jornalista para publicação.

2

Observe o seguinte texto do escritor Mário da Silva Brito:

“Os judeus esperam, até hoje, pelo seu Messias, mas, no fundo, torcem para que ele não venha: temem que também ele os persiga”.

Assinale a afirmativa **inadequada** em função da frase acima.

- (A) A frase faz uma referência implícita a um fato religioso, o da espera de um Messias pelos judeus.
- (B) O escritor indica a presença do antissemitismo em nossa sociedade moderna.
- (C) O expressão “até hoje” mostra que o autor da frase considera o tempo de espera como demasiadamente longo.
- (D) O segmento colocado após os dois pontos (:) traz a explicação de algo dito anteriormente.
- (E) O emprego do possessivo “seu” na expressão “seu Messias” mostra as ligações afetivas em relação a esse Messias.

3

Um dos Evangelhos traz a seguinte passagem:

“Se alguém não vos recebe e não dá ouvidos a vossas palavras, saí daquela casa ou daquela cidade e sacudi o pó de vossos pés”.

A tradução do texto do Evangelho de Mateus traz alguns problemas, entre os quais está

- (A) o termo “daquela cidade” não mostra, nesse segmento, um antecedente explícito.
- (B) os possessivos “vossas” e “vossos” estão mal-empregados porque o texto está expresso em terceira pessoa.
- (C) a forma do imperativo “sacudi” deveria ser substituída por “sacudam”.
- (D) as formas do demonstrativo “aquela” e “aquele” deveriam ser respectivamente substituídas por “essa” e “esse”.
- (E) a forma popular “dá ouvidos” deveria ser substituída por uma só forma verbal, como “escuta”.

4

Uma escritora americana declarou o seguinte:

“Durante toda a minha vida quis ser alguém. Descubro agora que deveria ter sido mais específica”.

Sobre essa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) Entre os dois períodos do texto há uma relação respectivamente de causa / consequência.
- (B) A expressão “ser alguém” está empregada em lugar de, por exemplo, “casar e ter filhos”.
- (C) A mais especificidade referida no texto se prende à expressão “ser alguém”.
- (D) O advérbio “agora” marca uma mudança de tempo e não de opinião.
- (E) A frase mostra que a enunciadora da frase obteve sucesso, mas que preferia uma vida mais simples.

5

Assinale a frase em que a modificação de uma oração reduzida para uma forma nominal tenha sido feita de forma **inadequada**.

- (A) Ir para a cama cedo e levantar-se cedo torna um homem são, rico e sábio. / a ida para a cama cedo e o levantamento cedo.
- (B) A função de todos os diretores executivos é destruir boas ideias. / a destruição de boas ideias.
- (C) Mais vale agir sem arrependimento do que se arrepender de não ter feito nada. / a ação sem arrependimento.
- (D) Economizei o dinheiro para pagar meu imposto de renda. / para pagamento de.
- (E) Ninguém consegue promover uma pessoa feia, chata e pobre. / a promoção de uma pessoa.

6

Um pensador indiano declarou: “A vida é como um jogo de cartas. A mão que as distribuem representa determinismo. A forma como você as joga é o livre arbítrio”.

Sobre esse pensamento, assinale a afirmação correta.

- (A) A comparação inicial do texto é explicada de forma objetiva a seguir.
- (B) Os termos “determinismo” e “livre arbítrio” aparecem como sinônimos no texto.
- (C) As duas ocorrências do vocábulo “as” se referem a antecedentes diferentes.
- (D) As ações dos dois últimos períodos se referem a diferentes agentes.
- (E) O pensamento representa uma visão otimista da vida humana, já que dirigida pelo próprio homem.

7

O líder de um antigo partido político brasileiro declarou certa vez: “O meu partido não agirá como macaco em cristaleira, mas também não vai se acocorar”.

Sobre essa declaração, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase-resposta define claramente a posição de um partido político diante de um problema.
- (B) “agir como macaco em cristaleira” e “acocorar-se” mostram duas posições opostas a serem tomadas pelo partido político em questão.
- (C) O segmento “mas também” tem valor semântico de adição.
- (D) As duas atitudes citadas são, respectivamente a de agitação e a de acomodação.
- (E) Os dois segmentos oracionais se opõem com valor alternativo, como se fossem ligados por “ou”.

**8**

Assinale a frase que mostra uma estruturação diferente das demais, por **não** ser uma definição.

- (A) Negócios são a minha forma de arte.
- (B) A genialidade não é outra coisa senão uma grande aptidão para a paciência.
- (C) A inteligência é feita por um terço de instinto, um terço de memória e o último terço de vontade.
- (D) A genialidade é uma variedade da loucura.
- (E) A liberdade é um conceito vago.

**9**

Assinale a frase que não se apoia em um outro texto amplamente conhecido (intertextualidade).

- (A) Não faça de seu cargo uma arma; a vítima pode ser você.
- (B) Quem não deve não tem.
- (C) Às vezes, a alegria do dono do circo é ver o palhaço pegar fogo.
- (D) No Brasil, sucesso é ofensa pessoal.
- (E) Quem espera, nunca alcança.

## Raciocínio Lógico Matemático

**10**

Uma escola de ensino médio oferece a seus estudantes cursos extras de francês, italiano e alemão. Os estudantes podem frequentar um ou mais desses cursos. Uma turma dessa escola tem 50 alunos no total. Todos os estudantes dessa turma frequentam pelo menos um dos três cursos extras de idiomas oferecidos pela escola, sendo que 30 frequentam o curso de francês, 20 frequentam italiano e 10 frequentam alemão. Sabe-se ainda que 10 frequentam simultaneamente francês e italiano, 8 frequentam simultaneamente francês e alemão e 6 frequentam simultaneamente italiano e alemão.

Assinale a opção que indica o número de alunos da turma frequentam simultaneamente os três cursos de idiomas oferecidos pela escola.

- (A) 6
- (B) 10
- (C) 14
- (D) 34
- (E) 86

**11**

As grandes distancias entre objetos astronômicos (estrelas, planetas, etc.) são, em geral, expressas por meio da distância que a luz percorre em determinada unidade de tempo no vácuo. Por exemplo, um ano-luz é a distância que a luz percorre em um ano, um minuto-luz é a distância que a luz percorre em um minuto no vácuo.

Assim expressamos a distância média entre a Terra e Sol, que é de, aproximadamente, 8,3 minutos-luz. Já a distância média entre a Terra e Lua é de, aproximadamente, 1,3 segundos-luz.

Considerando esses valores, assinale a o número que melhor aproxima a razão entre as distâncias entre a Terra e o Sol e entre a Terra e a Lua.

- (A) 6,38
- (B) 70,00
- (C) 100,79
- (D) 283,70
- (E) 383,07

**12**

Diego comprou uma televisão que estava anunciada por um valor de venda de R\$2000,00. Negociando na loja, ele conseguiu um generoso desconto de 20% em relação ao valor anunciado de venda.

Assinale a opção que indica a que porcentagem do valor pago por Diego corresponde o acréscimo que ele teria caso tivesse pagado o valor anunciado de venda.

- (A) 10%.
- (B) 16%.
- (C) 20%.
- (D) 25%.
- (E) 40%.

**13**

Em uma visita a um museu, o guia levou o grupo até uma sala com 6 portas. Na sala, todas as portas ficaram fechadas. Para a saída do grupo, o guia pretende abrir algumas das portas.

Sabendo que uma das portas não pode ser aberta, assinale a opção que indica o número de maneiras que se pode abrir esta sala.

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 24.
- (D) 31.
- (E) 32.

**14**

O número real  $\frac{1}{\sqrt{3}+\sqrt{2}}$  é igual a

- (A)  $\sqrt{3} - \sqrt{2}$
- (B)  $\sqrt{3} + \sqrt{2}$
- (C)  $\frac{\sqrt{3}+\sqrt{2}}{5}$
- (D)  $\frac{1}{\sqrt{5}}$
- (E)  $\frac{1}{\sqrt{6}}$

**15**

Marcela e Caio estão treinando para participar de uma meia maratona. Marcela consegue fazer um percurso próximo à sua casa em 45 minutos, a uma velocidade média de 20km/h.

Caio faz o mesmo percurso em 1 hora e 15 minutos.

Assinale a opção que indica a velocidade média de Caio nesse percurso.

- (A) 10km/h
- (B) 12km/h
- (C) 15km/h
- (D) 16km/h
- (E) 25km/h

**16**

Um retângulo com  $12\text{cm}^2$  de área tem um dos lados com o triplo do comprimento do outro.

Assinale a opção que indica a medida do perímetro desse retângulo.

- (A) 12cm.
- (B) 14cm.
- (C) 16cm.
- (D) 18cm.
- (E) 28cm.

**17**

Mauro tem 23 balas. Ele come  $n$  balas e divide o restante igualmente entre seus três filhos, de modo que cada filho receba um número inteiro de balas.

Assinale o valor que  $n$  **não** pode assumir.

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 9.
- (D) 11.
- (E) 14.

**18**

Um triângulo isósceles tem os vértices da base nos pontos de coordenadas (3,0) e (7,0) no plano cartesiano.

Sabendo-se que a medida da área do triângulo é de 20, determine as coordenadas de seu terceiro vértice.

- (A) (5,10)
- (B) (5,5)
- (C) (7,3)
- (D) (3,7)
- (E) (10,5)

## Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**19**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa disciplina a forma como será apresentada e votada a emenda à Constituição Estadual.

Sobre o tema e de acordo com o referido regimento interno, assinale a afirmação correta.

- (A) A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de duas sessões e será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, o voto favorável de  $2/3$  (dois terços) dos membros da Assembleia Legislativa.
- (B) As propostas de emenda à Constituição do Estado poderão ser apresentadas por iniciativa parlamentar, desde que com o apoio de, no mínimo,  $2/3$  (dois terços) dos Parlamentares.
- (C) As propostas de emenda à Constituição do Estado poderão ser apresentadas por iniciativa subscrita por, pelo menos,  $1/3$  (um terço) dos Presidentes das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas por  $1/3$  (um terço) de seus membros.
- (D) Caso o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja pela inadmissibilidade da proposta, o autor da proposição poderá, no prazo de dez dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, requerer a apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário.
- (E) A Comissão Especial, composta por três membros a serem indicados pelos líderes conforme quociente de representação, terá o prazo de 5 (cinco) dias da publicação da proposição para compor Comissão Especial e poderão ser apresentadas emendas à proposição no prazo de duas sessões ordinárias contado da instauração da Comissão Especial.

**20**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é uma comissão permanente da atividade legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sobre a referida Comissão e de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, assinale a afirmação correta.

- (A) À referida comissão cabe emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições; emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de emendas à Constituição; propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça; julgar todos os tipos de licitações; autorizar despesas, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições e elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo.
- (B) À referida comissão cabe manifestar-se sobre a denúncia por crime de responsabilidade oferecida contra o Governador do Estado; o Vice-Governador do Estado; os Secretários de Estado; o Procurador-Geral de Justiça; o Procurador-Geral do Estado; e o Defensor-Geral da Defensoria Pública; decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões e dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) À referida comissão cabe manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado nos termos deste Regimento; manifestar-se sobre a autorização para instauração de processo de apuração de infração penal comum contra o Governador do Estado; manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; transferência temporária da sede do Governo; organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas; intervenção nos municípios; organização e divisão judiciária; alterações de códigos; declaração de utilidade pública de entidades civis; concessão de títulos de cidadania e decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões.
- (D) À referida comissão cabe manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; opinar no julgamento das contas do Governador; auxiliar na tomada das contas do Governador quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; fiscalizar as entidades da administração indireta; e apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.
- (E) À referida comissão cabe manifestar-se sobre proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal e referentes a quilombolas, indígenas, migrantes, refugiados, apátridas, ciganos, cidadãos em situação de risco, excluídos ou discriminados e proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

**21**

As audiências públicas são reuniões realizadas pelas comissões com a participação de cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis para instruir a análise de alguma proposição em tramitação na Câmara ou para tratar de questão de interesse público relevante que esteja dentro dos temas reservados para a comissão.

Diante do exposto e de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, assinale a afirmação correta.

- (A) Será permitida a inscrição de integrante de entidade civil interessada durante a audiência para usar a palavra, no número máximo de dez inscrições, tendo como prazo para formular seus questionamentos e ponderações vinte minutos e a população também poderá enviar questionamentos e posicionamentos por meio do site oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em local específico criado para cada audiência pública.
- (B) Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto, e a parte convidada não poderá valer-se de assessores credenciados e os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo, pelo prazo de trinta minutos, tendo o interpelado igual dez minutos para responder, vedadas a réplica e a tréplica, não sendo permitido ao orador interpelar qualquer dos presentes.
- (C) Caberá às Comissões Temporárias e Permanentes, observadas suas competências específicas, convocar audiências públicas com entidades da sociedade civil, sempre abertas à participação popular, para debater e instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante deliberação e autorização da maioria absoluta da mesa, proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.
- (D) Aprovada a realização de audiência pública, a Comissão selecionará para serem ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Assembleia Legislativa expedir os convites. Lavrar-se-á ata da audiência pública, arquivando-se, no âmbito da Comissão e da Assembleia, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem. Os documentos referidos serão disponibilizados mediante requerimento e autorização do Presidente da Assembleia Legislativa.
- (E) Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a apresentação das diversas correntes de opinião e o convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

22

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com 1% (um por cento) de eleitores inscritos em cada um deles, obedecidas certas condições, com a exceção de

- (A) a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral e as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e distritos administrativos ou judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembleia.
- (B) o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes e será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas.
- (C) o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembleia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação e o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral.
- (D) nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação e cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado.
- (E) será rejeitado, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, não incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça sanar os referidos vícios para sua tramitação e nos projetos de lei de iniciativa popular a Mesa designará Deputado, previamente indicado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, para exercer os poderes e atribuições conferidos pelo Regimento ao autor da proposição.

## Constituição do Estado do Paraná

23

O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas na Constituição do Estado do Paraná.

Diante do exposto, de acordo com a Constituição do Estado do Paraná e da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado e as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso.
- (B) os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que tenham mais de vinte e cinco e menos de cinquenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública e mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.
- (C) os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembleia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (D) os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos dois pelo Governador do Estado, alternadamente, entre auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e livre escolha e cinco pela Assembleia Legislativa.
- (E) os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, com a aprovação da Assembleia Legislativa, cabendo ao Governador indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.

**24**

O exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado é privativo dos procuradores integrantes da carreira, que será organizada e regida por estatuto próprio, definido em lei, com observância dos artigos 39 e 132 da Constituição Federal de 1988.

Diante do exposto, de acordo com a Constituição do Estado do Paraná e da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) ofende a Constituição da República a previsão da Constituição do Estado do Paraná que não obriga que o Procurador-Geral do Estado, chefe da instituição, seja escolhido dentre os integrantes da carreira.
- (B) ofende a Constituição da República a previsão da Constituição do Estado do Paraná que garante aos Procuradores do Estado a prerrogativa da inamovibilidade, na forma da lei.
- (C) o ingresso na carreira de procurador far-se-á na classe inicial, mediante concurso público específico de provas e títulos, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral do Estado e a estabilidade ocorrerá após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho.
- (D) ofende a Constituição a previsão da Constituição do estado que veda aos procuradores do Estado a percepção de honorários decorrentes da sucumbência.
- (E) ofende a Constituição da República o dispositivo que veda aos procuradores do Estado o exercício da advocacia fora das funções institucionais.

**25**

De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, citará previamente o Procurador-Geral do Estado e o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, que defenderão o ato ou texto impugnado, ou, no caso de norma legal ou ato normativo municipal, o Prefeito e o Presidente da Câmara, para a mesma finalidade.

Sobre a ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que

- (A) é parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado do Paraná, o Defensor Público Geral do Estado do Paraná.
- (B) somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público e o Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações de inconstitucionalidade, mesmo quando não for o autor da ação.
- (C) poderá ser reconhecida a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma desta Constituição, a decisão será comunicada ao poder competente para adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para emití-lo em 90 (noventa) dias, sob pena de responsabilidade.
- (D) é parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado do Paraná, o Prefeito de município localizado no Estado do Paraná.
- (E) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal o dispositivo previsto na Constituição do Estado do Paraná que exclui o Governador e o Presidente da Assembleia Legislativa da citação prévia para defender o ato normativo quando este for estadual.

**26**

O Art. 165 da Constituição do Estado do Paraná prevê que o Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Diante do exposto e de acordo com a Constituição do Estado do Paraná é correto afirmar que

- (A) o Estado aplicará, anualmente, 10% (dez por cento), no mínimo, e os Municípios aplicarão, anualmente, 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
- (B) o ensino da língua alemã constituirá disciplina de oferta obrigatória na matriz curricular do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, em horários e locais definidos pelos sistemas de ensino, com implementação gradativa até o ano de 2026 e carga horária mínima de duas horas/aula semanais, constituindo-se em disciplina de caráter optativo aos estudantes.
- (C) o Estado e os Municípios dotarão os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde, garantindo, na forma regulamentada por Lei Complementar, exames periódicos gratuitos para os domiciliados no Estado, objetivando prevenção do câncer e do diabetes, garantindo aos portadores o fornecimento de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle destas doenças e exames semestrais aos alunos da rede pública de ensino objetivando prevenção do câncer e do diabetes, além de campanhas educativa.
- (D) o Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, setenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.
- (E) o Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes, e é autorizada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.



## História e Geografia do Estado do Paraná

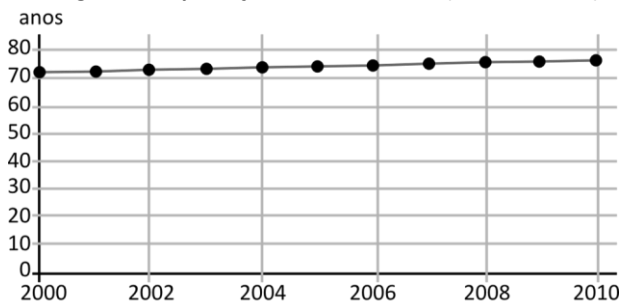
27

Texto:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual.

Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com\\_content](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com_content) Acesso: 21 jan. 2024

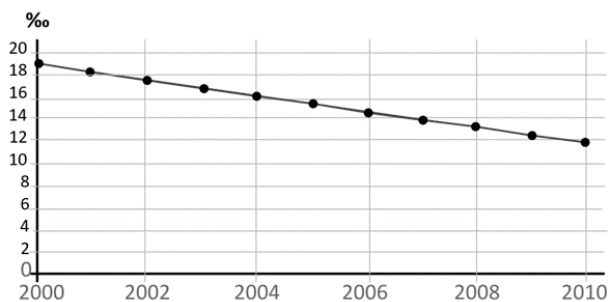
Figura 1 – Esperança de vida ao nascer (unidade: anos)



Paraná

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/10086/76551?tipo=grafico&indicador=76559>. Acesso: 21 jan. 2024

Figura 2 – Taxa de mortalidade (unidade: ‰)



Paraná

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/10086/76551?tipo=grafico&indicador=76559>. Acesso: 21 jan. 2024

Com base no indicador apresentado no texto, julgue as variáveis socioeconômicas paranaenses listadas a seguir.

- I A evolução dos dados da figura 1, indica a necessidade de políticas públicas específicas nas áreas de saúde e previdenciária.
- II Os dados apresentados no espaço temporal em ambos os gráficos, contribuem para melhoria do IDH no Estado do Paraná.
- III A variação dos dados da figura 2, ocorre pela diminuição da taxa de natalidade em virtude da adoção de métodos anticoncepcionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

A hidrovía Paraná-Tietê consiste em uma das principais vias hidroviárias em funcionamento no país, pois é uma importante via para o escoamento da produção agrícola do país.

Sobre o modal de transporte apresentado no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I Situada entre as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, permite a navegação e, conseqüentemente, o transporte de cargas e passageiros ao longo das HN-900 Rio Paraná e HN-913 Rio Tietê, tendo um sistema de eclusas viabilizando a passagem pelos desníveis das muitas represas existentes nas duas hidrovias.
- II É denominada de hidrovía ao Mercosul, um dos mais modernos e bem estruturados sistemas hidroviários do país, constituindo uma via de mão dupla entre Brasil e Uruguai, interligando o lago de Itaipu, as lagoas Mirim e a Lagoa dos Patos, sendo um eixo de fundamental importância para o intercâmbio comercial entre os países. Possibilita oportunidades turísticas, facilitando o acesso de turistas do Uruguai e Argentina à Foz do Iguaçu.
- III Integra sistema de transporte multimodal do Corredor Sudeste de Logística, com 12 terminais portuários, distribuídos em uma área de 76 milhões de hectares, e sua entrada em operação impulsionou a implantação de polos industriais, polos turísticos e polos de distribuição, onde é gerada quase a metade do PIB brasileiro, conectando também os principais centros do Mercosul.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

No ano de 1853, a Província do Paraná se emancipou administrativamente de São Paulo. A recém província passou então a se ocupar do processo de povoamento de seu território, ainda em sua grande maioria despovoado, pois na concepção da época, os indígenas que ali viviam não participavam dessa contagem.

Levando-se em conta as iniciativas criadas pelo fim do tráfico de escravos e da Lei de Terras, ambas aprovadas em 1850, o projeto colonizador do Paraná teve início.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889. Tese de Doutorado. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015\\_ReinaldoBeneditoNishikawa\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015_ReinaldoBeneditoNishikawa_VCorr.pdf). Acesso: 17 jan. 2024.

A partir do acontecimento descrito no texto, o primeiro polo de imigrantes europeus no território emancipado, foi a colônia:

- (A) Ivay.
- (B) Argelina.
- (C) Nova Itália.
- (D) Wirmond.
- (E) Superagui.

30

*Historicamente, o Paraná foi constituído por três formações regionais: o “Paraná Tradicional”, que surgiu ainda no século XVII com a extração do ouro de aluvião e seguiu pelo século XVIII com a organização da sociedade dos Campos Gerais, calcada na grande propriedade rural de criação e comercialização de gado muar e vacum, destaque para as cidades de Curitiba e Paranaguá; o “Paraná Paulista”, estruturado no norte do Estado como uma frente de expansão da lavoura cafeeira de São Paulo, destaque para as cidades de Londrina e Maringá; e, por fim, o “Paraná Gaúcho”, organizado no sudoeste e oeste do Estado, impulsionado pela criação de suínos e pela lavoura cerealífera, com fortes vínculos culturais com o Rio Grande do Sul, destaque para as cidades de Cascavel e Pato Branco; as duas últimas formações regionais foram devidas às políticas de colonização encetadas a partir da primeira metade do século XX.*

Sêga, R.A. Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

Sobre a formação econômica do território apresentado no texto, julgue os itens a seguir.

- I A formação histórica da sociedade camponesa dos Campos Gerais, ou do “Paraná Tradicional”, foi baseada na ocupação das terras feita “pelos ricos e poderosos de São Paulo, Santos e Paranaguá, não como um meio para transladar-se uma sociedade inteira, mas como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras no século XVIII.
- II No decurso da primeira metade do século XIX, a rede de convivência criada no Paraná Tradicional tinha se estabelecido nos moldes de uma “sociedade camponesa”, cujas características mais marcantes são: a família como unidade social essencialmente importante; status social baixo; interdependência econômica em grau variável, com centros urbanos; cultura simples; apego à terra, à comunidade local e à tradição.
- III A atividade de compra e venda de muares e bovinos alavancou a economia da sociedade camponesa dos Campos Gerais, possibilitando as fazendas das famílias-troncos tradicionais garantirem o sustento e o enriquecimento, evitando o êxodo rural até meados do século XX, e resistindo aos efeitos das Estadas de Ferro, mantendo as atividades tropeiristas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III, apenas.  
 (E) I, II e III.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, sendo este composto de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

Diante do exposto e da sistemática constitucional, é correto afirmar que será(ão) integrante(s) do referido Conselho

- (A) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal.  
 (B) um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.  
 (C) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Presidente da República.  
 (D) um juiz eleitoral, indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral.  
 (E) um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Conselho Nacional do Ministério Público dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

32

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Diante do exposto e da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A independência funcional não é princípio institucional da referida instituição.  
 (B) A referida instituição tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.  
 (C) Não é devido o pagamento de honorários sucumbenciais à referida instituição, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra.  
 (D) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado ao rateio entre os membros da referida instituição.  
 (E) A capacidade postulatória do membro da referida instituição decorre da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

33

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Entre as funções atípicas de cada um dos poderes, é correto afirmar que o Poder executivo, excepcionalmente, poderá exercer a função

- (A) legislativa, quando editar medida provisória.  
 (B) judicante, quando julgar parlamentar por crime comum praticado no exercício da função.  
 (C) judicante, quando participar da investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito.  
 (D) administrativa, quando fizer a indicação para Ministros do Supremo Tribunal Federal.  
 (E) legislativa, quando estender aumento de vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

**34**

O Município Alfa editou norma manifestamente inconstitucional por tratar de tema de competência privativa da União para legislar.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é cabível arguição incidental de inconstitucionalidade da referida norma no bojo de ação civil pública ajuizada pela Associação dos Servidores do Município Alfa.
- (B) É cabível Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal para impugnar a referida norma.
- (C) É cabível Mandado de Segurança Preventivo após a sanção do Prefeito para anulação da norma municipal manifestamente inconstitucional.
- (D) É cabível Representação por Inconstitucionalidade perante o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado em que está localizado o Município Alfa.
- (E) Não é cabível Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o Supremo Tribunal Federal para impugnar a referida norma.

**35**

O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República e o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.

A partir do exposto e de acordo com o sistema constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Participarão do Conselho da República os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (B) Compete ao Conselho da República propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- (C) Participarão do Conselho de defesa Nacional os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- (D) Participarão do Conselho da República seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- (E) Compete ao Conselho da República estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

**36**

Mévio foi diagnosticado com uma doença grave e por não ter condições financeiras para arcar com seu tratamento ingressou com ação judicial para receber o tratamento gratuitamente.

Diante do exposto e do sistema constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, ainda que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar.
- (B) Se a ação de Mévio demandar fornecimento de medicamentos com registro na ANVISA deverá necessariamente ser proposta em face da União.
- (C) O polo passivo da ação de Mévio pode ser composto pela União, Estados e Municípios, isoladamente ou conjuntamente, vez que o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, embora a responsabilidade seja subsidiária e não solidária entre os entes federados.
- (D) Se a ação de Mévio demandar fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverá necessariamente ser proposta em face da União.
- (E) O Estado pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais a Mévio e a ausência de registro na ANVISA não impede, como regra geral, o fornecimento de medicamentos por decisão judicial.

**37**

Os Remédios constitucionais são garantias instrumentais destinadas à proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema e de acordo com o ordenamento jurídico vigente e a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmação correta.

- (A) Todo cidadão é legitimado para propor Ação Civil Pública, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) O Mandado de Segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- (C) O *habeas data* é o remédio constitucional gratuito usado para garantir a liberdade de locomoção das pessoas.
- (D) A ação popular é o remédio constitucional cabível diante de uma omissão legislativa do Poder Público, que torna inviável o exercício de um direito fundamental.
- (E) Os remédios constitucionais não são considerados limites materiais ao exercício do Poder de Reforma.

38

A Lei Orgânica do Município Gama determinou, a respeito da aprovação das contas do Prefeito, que, acaso não haja julgamento por parte do parlamento municipal em um prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer exarado pelo Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá julgamento ficto e os termos da manifestação da Corte de Contas serão ratificados.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A referida norma é inconstitucional, pois o parecer técnico sobre as contas do Prefeito deve ser elaborado pelo Tribunal de Contas do Município Gama e tem natureza vinculativa, competindo, exclusivamente, à Câmara de Vereadores seguir as conclusões elaboradas no parecer técnico.
- (B) A referida norma é constitucional, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado tem natureza vinculativa e não compete, exclusivamente, à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, pois será cabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
- (C) A referida norma é inconstitucional, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado tem natureza vinculativa, não competindo à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
- (D) A referida norma é constitucional, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado tem natureza meramente opinativa, competindo, exclusivamente, à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo cabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
- (E) A referida norma é inconstitucional, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado tem natureza meramente opinativa, competindo, exclusivamente, à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.

39

As imunidades tributárias são limites ao poder de tributar impostos pela Constituição aos entes públicos.

Sobre o tema e de acordo com o sistema constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
- (B) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, uma vez que estes têm natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, com exceção das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, ainda que relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, desde que o patrimônio, a renda e os serviços, estejam relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.

40

Margarida, servidora estável da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições atinentes ao controle interno, observou a existência de vícios em diversos atos administrativos, entre os quais, as situações a seguir elencadas, nas quais os respectivos beneficiários estavam de boa-fé.

Analise os atos a seguir, julgando a possibilidade de convalidação pela própria Administração.

- I. Deferimento de um ato administrativo vinculado, com vício de competência, na medida em que praticado por agente de fato, em situação em que esse também atuou de boa-fé.
- II. Desrespeito à forma em determinado ato administrativo vinculado, em situação em que tal elemento não é considerada essencial à sua realização.
- III. Impertinência do motivo apontado para certo ato administrativo discricionário, a resultar na incongruência entre o motivo e o objeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) nenhuma das situações.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**41**

Ao estudarem o tema atinente aos poderes da Administração Pública, os amigos João e Miguel estavam debatendo a viabilidade de delegação do poder de polícia para entidades integrantes da Administração Indireta, notadamente com relação à fase de sancionamento.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, os amigos concluíram corretamente que

- (A) é possível a delegação da fase de sancionamento, mediante lei, apenas para as pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração Indireta.
- (B) não é possível a delegação da fase de sancionamento para as organizações sociais, enquanto entidades integrantes da Administração Indireta.
- (C) é possível a delegação da fase de sancionamento, mediante lei, para todas as entidades de direito privado integrantes da Administração Indireta, inclusive as autarquias.
- (D) não é possível a delegação da fase de sancionamento para nenhuma entidade integrante da Administração Indireta.
- (E) é possível a delegação da fase de sancionamento, mediante lei, para as empresas públicas que realizem serviço público em regime não concorrencial, ainda que pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

**42**

Há cerca de cinco anos, Fausto, servidor estável da Assembleia Legislativa do Estado X, no exercício de suas atribuições, se destemperou e, dolosamente, praticou conduta que causou danos físicos a Joaquim, de modo que, recentemente, decidiu verificar a viabilidade de ser pessoalmente responsabilizado na esfera civil, pela aludida conduta, considerando, inclusive, os efeitos do tempo nas relações jurídicas, na medida em que, até o momento, a demanda não foi ajuizada pela vítima, para fins indenizatórios.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado e de seus agentes, bem como a questão atinente à prescrição da respectiva pretensão, é correto afirmar que Fausto

- (A) poderia constar do polo passivo da demanda a ser ajuizada por Joaquim, isoladamente ou em conjunto com o Estado X, mas, caso não constasse, eventual ação de regresso a ser ajuizada pela Fazenda Pública buscando o ressarcimento ao erário é imprescritível.
- (B) não poderia constar do polo passivo da demanda a ser ajuizada por Joaquim isoladamente, mas apenas em litisconsórcio com o Estado X, sendo certo que a respectiva pretensão apenas estaria prescrita se transcorrido prazo superior a cinco anos, contado da data do fato.
- (C) poderia constar do polo passivo da demanda a ser ajuizada por Joaquim isoladamente, sem a presença do Estado X, mas a pretensão está prescrita para fins de sua responsabilização pessoal, diante do transcurso do prazo de três anos, contado da data do fato.
- (D) não poderia constar do polo passivo da demanda a ser ajuizada por Joaquim, na medida em que deve responder em ação de regresso a ser ajuizada pelo Estado X, sendo prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário em decorrência de ilícito civil.
- (E) poderia constar do polo passivo da demanda a ser ajuizada por Joaquim, isoladamente ou em conjunto com o Estado X, sendo certo que a respectiva pretensão apenas estaria prescrita se transcorrido prazo superior a cinco anos, contado da data do fato.

**43**

Indira, ao realizar uma comparação entre os princípios atinentes ao processo administrativo previstos textualmente no Art. 2º, *caput*, da Lei nº 9.784/99 e aqueles consagrados expressamente no Art. 37, *caput*, da CRFB/88, verificou que existem alguns que são citados naquela norma que não estão referidos nessa última, entre os quais é correto indicar

- (A) moralidade e finalidade.
- (B) proporcionalidade e eficiência.
- (C) legalidade e interesse público.
- (D) motivação e segurança jurídica.
- (E) impessoalidade e ampla defesa e contraditório.

**44**

Edmar, servidor estável do Estado do Paraná, foi designado fiscal de certo contrato administrativo de obras e serviços de engenharia, de modo que decidiu perquirir as peculiaridades da atribuição a ser por ele exercida, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, vindo a concluir corretamente que

- (A) é possível a designação de Edmar, ainda que ele não tenha formação em arquitetura, engenharia, bastando que ele seja servidor efetivo para tanto.
- (B) é possível que Edmar adote providências que ultrapassem a sua competência, no exercício de tal atribuição, independentemente de comunicação às autoridades competentes.
- (C) é possível a designação de Edmar para a atribuição em comento, ainda que a sua companheira seja administradora da respectiva contratada.
- (D) é possível a designação de Edmar para exercer simultaneamente as atribuições de agente da contratação e de fiscal do contrato, independentemente dos riscos a que estas funções são suscetíveis.
- (E) é possível que Edmar determine o que for necessário à regularização das falhas e defeitos do contrato no âmbito de suas atribuições, mediante a anotação de tais ocorrências em registro próprio.

**45**

Certo ente federativo almeja realizar a delegação de determinado serviço público de sua competência, classificado como *uti universi*, não sendo, por conseguinte, viável a cobrança de tarifas dos respectivos usuários, razão pela qual estão sendo analisadas as peculiaridades atinentes à situação descrita.

Considerando as modalidades de delegação de serviço público existentes no ordenamento pátrio, tal ente federativo

- (A) poderia formalizar uma concessão administrativa, que não envolve a cobrança de tarifas dos usuários.
- (B) não poderia formalizar nenhuma modalidade delegação, considerando ser imprescindível a cobrança de tarifas para tal finalidade.
- (C) poderia formalizar apenas uma permissão de serviço público, a qual não se qualifica como contrato, mas como ato administrativo.
- (D) não poderia formalizar um contrato de concessão, sendo cabível a delegação mediante permissão ou autorização, que são atos administrativos.
- (E) poderia formalizar uma concessão patrocinada, independentemente da impossibilidade de cobrança de tarifas dos usuários.

**46**

Após explicar em que consiste a imperatividade, Cláudia foi instada a exemplificar uma situação em que o ato administrativo não é dotado de tal atributo, mesmo que realizado em consonância com o ordenamento jurídico, à luz da juridicidade.

Diante dessa situação hipotética, Cláudia citou corretamente

- (A) a aplicação de uma multa.
- (B) o embargo de uma obra.
- (C) a elaboração de parecer.
- (D) a edição de um Decreto.
- (E) a determinação de uma limitação administrativa.

**47**

Diante do aprofundamento de seus estudos em relação às peculiaridades da teoria do órgão, Rosa inferiu corretamente que

- (A) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica e capacidade processual, sendo que somente podem ser criados por lei.
- (B) os órgãos da Administração Pública não são dotados de personalidade jurídica, de modo que a eles não pode ser reconhecida capacidade processual, sendo que podem ser criados por Decreto.
- (C) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica, mas não de capacidade processual, sendo que podem ser criados por Decreto.
- (D) os órgãos da Administração Pública não são dotados de personalidade jurídica, nem possuem, em regra, capacidade processual, sendo que somente podem ser criados por lei.
- (E) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica, quando assim a lei determinar, situação em que tem capacidade processual, sendo que a sua criação pode decorrer de lei ou de Decreto.

**48**

No exercício de suas atribuições em certo órgão de assessoria jurídica do Estado do Paraná, Giovana foi questionada acerca de quais modalidades de licitação poderiam ser utilizadas no âmbito do sistema de registro de preços, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021.

Diante da aludida situação hipotética, Giovana indicou corretamente que poderiam ser utilizadas as modalidades

- (A) concurso ou leilão.
- (B) pregão ou concorrência.
- (C) concorrência ou diálogo competitivo.
- (D) leilão ou pregão.
- (E) diálogo competitivo ou concurso.

**49**

*Queiroz Prestadora de Serviços em Geral Ltda.*, representada pela sua diretora, Clarice Queiroz, celebrou contrato de prestação de serviço com hotel *O Quinze Ltda.* Para garantir a prestação do serviço, Rachel Lispector, sogra de Clarice, participou da avença na qualidade de fiadora.

Diante da má prestação de serviços, hotel *O Quinze Ltda.* promoveu ação ordinária, representada por seu advogado, Machado de Assis, em face, apenas, de *Queiroz Prestadora de Serviços Ltda.*, citada na pessoa de sua diretora. A defesa técnica foi realizada por Lima Barreto, advogado, que foi devidamente constituído nos autos.

A sentença transitada em julgado condenou a ré ao pagamento da quantia de dezessete mil reais além dos honorários advocatícios.

A respeito do tema cumprimento de sentença, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mesmo que não tenha participado da fase de conhecimento, o cumprimento de sentença pode ser promovido em face do fiador, desde que tenha contratualmente assumido a responsabilidade solidária.
- (B) O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o Tribunal Superior que tenha julgado em definitivo a causa, podendo o credor optar pelo juízo de primeiro grau de seu domicílio.
- (C) O hotel *O Quinze Ltda.* poderá requer o cumprimento em definitivo da sentença, caso seja feita um ano após o trânsito em julgado, e a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento.
- (D) *Queiroz Prestadora de Serviços em Geral Ltda.* será intimada por meio de oficial de justiça ou eletronicamente na pessoa de Clarice Queiroz para o cumprimento da sentença, que somente após a juntada será iniciado o prazo para impugnação.
- (E) Com a publicação no Diário da Justiça, a sentença transitada em julgado poderá ser levada a protesto pelo autor da ação de conhecimento.

50

G.P.R. ajuizou ação anulatória de doação contra L.B.A, em 20/01/2024, com quem manteve um relacionamento afetivo por cerca de 10 meses. Alega na inicial, que após alguns meses de relacionamento e acreditando que em breve contrairiam matrimônio e formariam uma família, realizou, em 20/10/2020, uma doação no valor de R\$100.000,00 para L.B.A que, há época, encontrava-se com sérias dificuldades financeiras. G.P.R informa que acreditava que L.B.A ainda não havia aceitado o seu pedido de casamento em razão dos problemas financeiros e que com a doação, prontamente o matrimônio entre os dois seria formalizado.

Ocorre que, cinco semanas após a doação, L.B.A terminou a relação com G.P.R que, por meio da presente ação pretende a invalidação da doação por erro ou dolo e em razão da reserva mental de só realizar a doação mediante o casamento futuro. Para comprovar a reserva mental, anexa declaração de seu irmão Pedro, afirmando que sabia que G.P.R. só havia feito a doação porque acreditava que se casaria com L.B.A. Em contestação, L.B.A afirma que sempre deixou claro que não se casaria e que, inclusive, a sua foto do perfil de whatsapp é uma imagem com os dizeres “casamento: estou fora”, que aceitou a doação e utilizou os valores para quitar suas dívidas, pois nunca desconfiou da referida reserva mental.

Diante da situação hipotética narrada e com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos termos da legislação vigente, a reserva mental prevalece e é causa de invalidação do negócio, se provada por qualquer meio de prova admitida em direito, como a declaração emitida por Pedro.
- (B) No caso, a reserva mental alegada por G.P.R. não é suficiente para a invalidação do negócio, mas o dolo de L.B.A é presumido e causa bastante para invalidar a doação.
- (C) Ainda que reste comprovado que L.B.A induziu G.P.R. ao erro, fazendo-o acreditar que se casariam, não é possível invalidar a doação por dolo em razão do esgotamento do prazo decadencial.
- (D) No caso em tela, é possível a invalidação da doação por ingratidão e por erro essencial quanto a pessoa de L.B.A, que manteve relacionamento afetivo e aceitou a doação.
- (E) Como L.B.A não sabia e nem tinha como saber da suposta reserva mental alegada por G.P.R., prevalecerá a vontade manifestada para a realização da doação.

51

Entre 2006 e 2023, Simone Arendt teve a posse mansa e pacífica de um imóvel localizado no município de Três Forquilhas, RS, com área aproximada de cem metros quadrados. Simone residiu sozinha no imóvel durante o período, tendo falecido em janeiro de 2024, deixando três filhos e nenhum bem imóvel. O imóvel não possui registro imobiliário no ofício competente, além de ter área inferior ao módulo estabelecimento na legislação local.

A respeito do tema usucapião, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inexistência de registro imobiliário induz a presunção absoluta de que o bem seja público, na categoria de terras devolutas, inibindo a propositura da ação de usucapião.
- (B) A usucapião é forma de aquisição derivada da propriedade, de modo que permanecem os ônus reais que gravavam o imóvel antes de sua declaração, como é o caso do usufruto.
- (C) O falecimento de Simone interrompe o prazo para aquisição do bem pela usucapião, não tendo os herdeiros legitimidade para a propositura da ação.
- (D) O reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento dos requisitos específicos, não pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal.
- (E) A posse exclusiva do bem e a inexistência de sentença judicial inibem a propositura da ação de usucapião, visto que a decisão judicial é imprescindível para aquisição pela prescrição aquisitiva.

52

Um dos princípios constitucionais relacionados à Seguridade Social é o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Esse princípio preconiza que a Lei disporá a que pessoas as prestações serão estendidas. A distributividade tem caráter social, pois deve atender prioritariamente aos mais necessitados.

Dos benefícios previdenciários abaixo listados, marque aquele que observa o princípio da seletividade e distributividade.

- (A) Salário-família.
- (B) Auxílio por incapacidade temporária.
- (C) Aposentadoria programada.
- (D) Pensão por morte.
- (E) Auxílio-acidente.

53

Vera é servidora titular de cargo efetivo no Estado do Paraná, exercendo suas funções no Município de São José dos Pinhais/PR. A servidora estadual requereu sua aposentadoria, mas ela foi negada. Irresignada, Vera pretende recorrer administrativamente da decisão.

Considerando a Lei Complementar Estadual nº 233/2021, que regulamenta, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, as regras permanentes do Art. 35 da Constituição Estadual, assinale a opção que contempla, respectivamente e nesta ordem, os prazos máximos para recurso ao Conselho de Administração da ParanaPrevidência, para o cumprimento de eventual diligência (complementação da instrução probatória ou saneamento de falha processual) e para permanência do processo no órgão julgador até o encaminhamento do processo à origem.

- (A) Trinta dias, sessenta dias e cento e oitenta dias
- (B) Quarenta e cinco dias, sessenta dias e cento e noventa dias úteis.
- (C) Dez dias úteis, quinze dias úteis e sessenta dias úteis.
- (D) Trinta dias úteis, sessenta dias e cento e vinte dias.
- (E) Quinze dias úteis, quarenta e cinco dias e cento e vinte dias.

54

De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Acerca do modelo previdenciário brasileiro, da responsabilidade pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social e do órgão fiscalizador da contribuição previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- (A) O modelo brasileiro é o de capitalização, a União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras e o INSS fiscaliza a contribuição previdenciária.
- (B) O modelo brasileiro é o de repartição simples, a União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras e a Receita Federal fiscaliza a contribuição para o INSS.
- (C) O Brasil adota o modelo de repartição complexa, os Estados federados são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras e a Procuradoria da Fazenda Nacional fiscaliza a contribuição para o INSS.
- (D) O modelo brasileiro é o de repartição simples, a União, os Estados e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras em partes iguais e o INSS fiscaliza a contribuição previdenciária.
- (E) O Brasil adota o modelo de capitalização, não há responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras e a Receita Federal fiscaliza a contribuição para o INSS.

55

Tício e Mévio, em comunhão de ações e desígnios, subtraíram, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma de fogo, o telefone celular de Joana, que caminhava tranquilamente pela rua. Nada obstante, dois policiais militares caminhavam pela região no momento dos fatos, logrando êxito em imediatamente capturar, em flagrante, Tício, o qual tinha acabado de cometer o delito. Por outro lado, Mévio, a princípio, logrou se evadir, mas foi encontrado, logo depois, em outra rua, com a arma de fogo utilizada na empreitada delituosa e com o aparelho celular da vítima, ensejando, igualmente, a sua captura flagrancial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento jurisprudencial dominante, é correto afirmar que as prisões em flagrante de Tício e Mévio se caracterizam, respectivamente, como

- (A) flagrante impróprio e flagrante presumido.
- (B) flagrante imperfeito e flagrante impróprio.
- (C) flagrante próprio e flagrante presumido.
- (D) flagrante próprio e flagrante imperfeito.
- (E) flagrante próprio e flagrante próprio.

56

Tício foi condenado pela prática do crime de homicídio consumado triplamente qualificado, após a observância de todas as formalidades legais inerentes ao procedimento bifásico do Tribunal do Júri. Em assim sendo, considerando o veredicto do Conselho de Sentença, o juízo competente proferiu sentença, aplicando a sanção final de 17 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, com a manutenção da prisão preventiva do acusado. Ato contínuo, o advogado de Tício lhe informou que houve injustiça no tocante à aplicação da pena e que, por conseguinte, ingressaria com o recurso cabível junto ao Tribunal de Justiça.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa deverá manejar o recurso

- (A) em sentido estrito, no prazo de cinco dias, e, caso o Tribunal dê provimento ao recurso, determinará que o juízo sentenciante profira nova sentença.
- (B) de apelação, no prazo de cinco dias, e, caso o Tribunal dê provimento ao recurso, determinará que o juízo sentenciante profira nova sentença.
- (C) em sentido estrito, no prazo de oito dias, e, caso o Tribunal dê provimento ao recurso, retificará a aplicação da pena.
- (D) de apelação, no prazo de cinco dias, e, caso o Tribunal dê provimento ao recurso, retificará a aplicação da pena.
- (E) de apelação, no prazo de oito dias, e, caso o Tribunal dê provimento ao recurso, retificará a aplicação da pena.

57

Tício, agente público de direito, é o responsável pela área de informática da Administração Pública *Alfa*, tendo a posse, em razão do cargo, de diversos equipamentos de alta tecnologia, avaliados em milhares de reais. Em razão da responsabilidade inerente à função exercida, Tício é rotineiramente orientado, pelos superiores hierárquicos e no âmbito de cursos de aprimoramento, sobre os deveres de segurança que deve observar na repartição pública.

Nada obstante, em um determinado dia, João, um novo colega, pediu para conversar e se apresentar a Tício em seu gabinete. O pedido foi prontamente aceito, sendo certo que Tício, de forma negligente, deixou de adotar todos os procedimentos de segurança previstos e que eram do seu conhecimento. Nesse contexto, já no interior do gabinete, João, dolosamente e sem que o primeiro percebesse, subtraiu um *notebook* da Administração Pública, colocando-o em sua mochila.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício

- (A) responderá por peculato mediante erro de outrem, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.
- (B) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.
- (C) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à extinção de punibilidade.
- (D) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato mediante erro de outrem.
- (E) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato culposo.



58

A pessoa jurídica ABC Locação de Veículos Ltda. tem sede no Estado X, licencia seus veículos no Estado Y e aluga seus veículos no Estado Z, local onde os veículos também transitam. As legislações dos Estados X, Y e Z preveem que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é devido no seu respectivo território.

Acerca da incidência do IPVA sobre os veículos de propriedade de ABC Locação de Veículos Ltda., assinale a afirmativa correta.

- (A) O IPVA é devido no local onde o proprietário mantém sua sede, ou seja, no Estado X.
- (B) O IPVA é devido no local onde o proprietário licencia seus veículos, ou seja, no Estado Y.
- (C) O IPVA é devido no local onde seus veículos transitam, ou seja, no Estado Z.
- (D) O IPVA deverá ser repartido entre os entes tributantes do local da sede do proprietário e do licenciamento, ou seja, entre os Estados X e Y.
- (E) Tendo em vista a inexistência de lei complementar disposta sobre o conflito de competência, não incidirá o IPVA na hipótese.

59

Considere a situação hipotética em que determinada Lei Complementar federal afastou, temporariamente, o direito de crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS incidente na aquisição de produtos destinados ao uso e consumo do contribuinte.

Sobre a previsão legal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A referida lei complementar viola o princípio constitucional da não cumulatividade.
- (B) A referida lei complementar viola o princípio constitucional da seletividade, ao afastar o creditamento apenas aos produtos destinados ao uso e consumo do contribuinte.
- (C) É inconstitucional a previsão legal, pois a Constituição Federal delegou à lei estadual do ente tributante a disciplina da matéria relacionada ao creditamento do ICMS.
- (D) A referida lei complementar viola o princípio constitucional da isonomia tributária.
- (E) É constitucional a previsão legal, pois a Constituição Federal delegou à lei complementar a disciplina da matéria relacionada ao creditamento do ICMS.

60

João, ao efetuar a declaração do imposto de renda anual, omitiu informações com o fim de reduzir o valor do imposto e realizou o pagamento do tributo, conforme declarado. Ao verificar a omissão, a Fazenda Nacional lavrou auto de infração, o que foi impugnado por João. A impugnação ainda está pendente de julgamento.

O Ministério Público, por sua vez, propôs ação penal em face de João, acusando-o de crime contra a ordem tributária.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não configura crime contra a ordem tributária a omissão de informações com o intuito de reduzir tributo, sendo hipótese, todavia, de multa punitiva na seara administrativa-tributária.
- (B) É indispensável, para a propositura da ação penal a existência de prévio lançamento definitivo do crédito tributário, o que ainda não ocorreu, pois o crédito está com a exigibilidade suspensa.
- (C) A conduta praticada por João é tipificada como crime, punível com pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 anos, e multa.
- (D) Tratando-se de imposto cujo lançamento se dá por homologação, a declaração anual constitui definitivamente o crédito, sendo ilegal a lavratura do auto de infração.
- (E) O crédito tributário foi extinto, devendo a ação penal ser arquivada, por ausência de elemento probatório mínimo para viabilizar o ajuizamento de denúncia penal.

61

Sobre as obrigações tributárias principal e acessória, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A obrigação tributária acessória visa facilitar a fiscalização e permitir a cobrança do tributo, sem que represente a própria prestação pecuniária devida ao Ente Público.
- ( ) O sujeito passivo que é beneficiário da imunidade de determinado tributo é sujeito passivo nas obrigações acessórias a ele pertinentes e, eventualmente, em relação jurídica sancionatória.
- ( ) A obrigação acessória decorre da legislação tributária. Esse termo engloba apenas as leis, em razão do Princípio da Legalidade Tributária, não incluindo os decretos e as normas complementares que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

62

O Código Tributário Nacional (CTN) impõe à Fazenda Pública e a seus servidores o dever de observar o sigilo fiscal em determinadas situações, admitindo a transferência ou divulgação de informações protegidas em outras hipóteses.

Segundo o CTN, é vedada a divulgação de informações relativas

- (A) à requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.
- (B) às solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, previamente à instauração de processo administrativo, visando investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
- (C) ao parcelamento ou moratória.
- (D) às representações fiscais para fins penais.
- (E) às inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

63

Prescrição é a convalidação da lesão ao direito pelo não exercício da ação no prazo legal. Das espécies de prescrição abaixo indicadas, marque aquela que, de acordo com norma expressa na CLT, pode ser conhecida de ofício pelo magistrado na Justiça do Trabalho.

- (A) Intercorrente.
- (B) Bienal.
- (C) Quinquenal.
- (D) Projetada.
- (E) Por ato único do empregador.

64

Brenno, que trabalha em Colombo/PR, acertou com o empregador que parte da sua remuneração seria paga com *stock options* e o obreiro fez a opção pela compra. Tempos depois, quando Brenno optou pela venda porque necessitava de dinheiro para compromissos pessoais assumidos, acabou tendo prejuízo porque as contingências de mercado acabaram gerando uma tendência de baixa nas ações do seu empregador.

Considerando o caso retratado e o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, marque a alternativa correta.

- (A) O empregador deverá pagar a diferença a Brenno porque é seu o risco do negócio, não podendo transferi-lo.
- (B) O exercício de venda precisa ser feito em favor do próprio empregador, garantido no mínimo o preço da compra.
- (C) Brenno arcará com o prejuízo porque a *stock options* envolve pela sua natureza um risco.
- (D) Eventual cláusula limitando período de aquisição ou de venda das ações pelo empregado será nula de pleno direito.
- (E) A empresa deverá arcar com metade do prejuízo experimentado por Brenno.

65

A equiparação salarial tem cabimento quando dois empregados exercem as mesmas funções para o mesmo empregador, desde que implementadas outras condições previstas na Lei.

Dos requisitos abaixo listados, marque aquele que é **irrelevante** num pedido de equiparação salarial formulado por suposta lesão ocorrida em 2023.

- (A) Ser o mesmo estabelecimento.
- (B) Diferença inferior a 2 anos na função.
- (C) Mesma produtividade.
- (D) Diferença inferior a 4 anos no emprego.
- (E) Idade equivalente.

66

A Soluta Ltda ajuizou ação de cobrança de indenização securitária em face de ABC Seguros. Alega ter contratado seguro compreensivo com cobertura total contra roubo, incêndio e danos do seu imóvel, sede da empresa e da frota de veículos utilizados na atividade empresarial e que, na vigência da apólice, após a ocorrência de sinistro, a ABC Seguros negou o pagamento da indenização, sob a alegação de que o risco estava excluído da cobertura, conforme cláusula contratual constante da apólice.

Na inicial, a Soluta alega que a referida cláusula de exclusão de cobertura não foi redigida de forma clara, configurando falha no dever de informação da ABC Seguros e, além disso, comprova que só recebeu a cópia da apólice após a contratação e o pagamento do prêmio e pugna pela incidência do Código de Defesa do Consumidor. Em contestação, a ABC Seguros sustenta a exclusão da cobertura e a inexistência do dever de indenizar. Aduz ainda que não há que se falar em falha no dever de informação e incidência do CDC, visto a relação interempresarial entre as partes.

Considerando a situação hipotética narrada, a legislação vigente e a jurisprudência do STJ, analise as assertivas abaixo:

- I. A Soluta Ltda, na qualidade de pessoa jurídica, pode ser considerada consumidora, se comprovada a sua vulnerabilidade no caso concreto e/ou se for destinatária final, fática e econômica, do serviço contratado.
- II. Nas relações interempresariais, tal como a descrita no enunciado, não há incidência do Código de Defesa do Consumidor, pois ambas as partes são profissionais e a relação é paritária.
- III. A pessoa jurídica que contrata seguro visando a proteção do seu próprio patrimônio e não como insumo de sua atividade empresarial, é destinatária final, mas as normas consumeristas são afastadas em razão do profissionalismo.
- IV. Na situação hipotética, o seguro contratado tem por fim o incremento da própria atividade empresarial da Soluta, o que impede a configuração da relação de consumo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

67

Humberto adquiriu da MegaTech um *smartwatch* para ajudá-lo no monitoramento das suas atividades físicas. Conforme as informações do produto, ele deveria ser à prova d'água, de modo que o aparelho poderia ser utilizado por Humberto na sua prática de natação. Ocorre que, logo na primeira vez em que usou o *smartwatch* para nadar, Humberto decepcionou-se pelo fato de o aparelho ter enchido de água e parado de funcionar. Humberto, então, acionou a MegaTech.

Sobre o caso, é correto afirmar que

- (A) pode Humberto, de imediato, apenas exigir o reembolso do valor pago.
- (B) caso o vício não seja sanado em 30 dias pela fabricante, pode Humberto optar pelo reembolso do valor pago ou pela substituição do produto.
- (C) pode Humberto, de imediato, apenas exigir a substituição do produto.
- (D) pode Humberto, de imediato, optar pelo reembolso do valor pago ou pela substituição do produto.
- (E) caso o vício não seja sanado em 30 dias pela fabricante, pode a MegaTech optar pelo reembolso do valor pago ou pela substituição do produto.

68

Denilson adquiriu, em 10/12/2022, no Redentor Supermercados de Piracicaba, um aparelho de televisão – Smart TV Led Pro – da marca CONECT, pelo valor de R\$4.500,00. Após 30 dias, o aparelho parou de funcionar adequadamente. Assim, em razão da constatação de vício no produto, Denilson solicita a vendedora que o aparelho seja encaminhado para assistência técnica, o que não foi possível em razão da negativa da CONECT Brasil, ao argumento de indisponibilidade do serviço, visto não ter colocado o referido produto no mercado nacional. Indicou, ainda, que a responsável seria CONECT Americana.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com as normas de proteção do consumidor e do entendimento do STJ, analise as assertivas abaixo:

- I. A CONECT, comprovando que não introduziu o produto no mercado de consumo brasileiro, não responderá pelo vício de qualidade, nos termos dos Artigos 12 e 18 do Código de Defesa do Consumidor.
- II. A CONECT, independentemente de ter colocado o produto no mercado brasileiro, responde pelo vício do produto, de objetiva e solidária, em razão da aplicação da teoria da aparência.
- III. A Redentor Supermercados, na qualidade de comerciante, responde de forma objetiva e solidária com a CONECT.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) II e III, apenas.

69

A Associação Nacional Consumidor em Ação, constituída em 2010, para promoção da tutela do consumidor, promove ação civil pública em face do Banco Virtual 4.0 S.A. sustentando a nulidade das cláusulas contratuais que previam a cobrança da tarifa de liquidação antecipada (TLA) de débitos dos correntistas, sob o argumento, em síntese, de que violariam o Código Defesa do Consumidor, sendo, por conseguinte, cláusulas abusivas. Todos os eventuais beneficiados da demanda são associados da entidade. Em contestação, além da validade das cláusulas, o réu alega a ilegitimidade ativa, visto que se trata de interesse individual, inexistindo dano difuso ou coletivo.

A respeito do tema ações coletivas consumeristas, assinale a alternativa correta.

- (A) A ilegitimidade passiva deve ser julgada procedente, pois os direitos individuais homogêneos são classificados como direitos subjetivos divisíveis e de natureza disponível, cuja tutela jurisdicional se dá por iniciativa apenas do próprio titular ou do Ministério Público.
- (B) A ilegitimidade passiva deve ser julgada improcedente, pois a pretensão da Associação visa à tutela de direitos coletivos, que são transindividuais, divisíveis e com titularidade determinada e, por conseguinte, tutelados em juízo invariavelmente em regime de substituição processual.
- (C) A ilegitimidade passiva deve ser julgada procedente, porque a Associação não tem legitimidade para a defesa de direitos difusos, que são transindividuais, indivisíveis e com titular indeterminado, quando apresentam natureza consumerista.
- (D) A ilegitimidade passiva deve ser julgada improcedente, porque Associação tem legitimidade para propositura de ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, que são divisíveis, tendo titularidade determinada ou determinável, não necessitando para tanto de autorização dos associados.
- (E) A ilegitimidade passiva deve ser julgada procedente, visto que nas ações coletivas de natureza consumerista o papel das associações civis restringe-se a representação, devendo apresentar a procuração específica dos associados, ou concedida pela Assembleia Geral convocada para esse fim.

**70**

Maria trabalha em casa com máquinas de alta potência, razão pela qual ela contratou, da SecureSafe, um sistema de proteção completo contra aquecimento, incêndios etc. Ocorre que, certa noite, o sistema de proteção funcionou mal, uma das máquinas de Maria superaqueceu, e o incêndio resultante, que o sistema de proteção nem evitou, nem conteve, acabou destruindo tanto a casa de Maria quanto o imóvel ao lado, do Bar da Esquina Ltda..

Sobre o caso, é correto afirmar que

- (A) tanto Maria quanto o Bar da Esquina Ltda. podem se valer do Código de Defesa do Consumidor para exigir da SecureSafe reparação dos danos, como consumidores diretos.
- (B) apenas Maria pode se valer do Código de Defesa do Consumidor para exigir da SecureSafe reparação dos danos, vez que o Direito do Consumidor brasileiro não previu o conceito de consumidor por equiparação.
- (C) apenas Maria pode se valer do Código de Defesa do Consumidor para exigir da SecureSafe reparação dos danos, vez que o conceito de consumidor por equiparação no Direito do Consumidor brasileiro não se aplica a pessoas jurídicas.
- (D) tanto Maria quanto o Bar da Esquina Ltda. podem se valer do Código de Defesa do Consumidor para exigir da SecureSafe reparação dos danos, aquela como consumidora direta, e este como consumidor por equiparação.
- (E) tanto Maria quanto o Bar da Esquina Ltda. podem se valer do Código de Defesa do Consumidor para exigir da SecureSafe reparação dos danos; Maria, porém, não precisa provar a culpa da fornecedora, enquanto o Bar da Esquina Ltda. precisa.

## PARECER JURÍDICO

---

*Está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado Delta, o projeto de Lei Ordinária XYZ, de iniciativa do Deputado Estadual Marcelo, submetido à apreciação no âmbito do devido processo legislativo, que versa sobre a temática de licitação, cujos dispositivos especificam determinados serviços para os quais o respectivo ente federativo poderá realizar contratação direta, por meio de credenciamento, mediante critérios objetivos especificados na norma, com vistas a atender as especificidades locais.*

**Diante dessa situação hipotética, elabore um parecer favorável à mencionada proposição legislativa, abordando a sua constitucionalidade e mérito, mediante a estruturação pertinente às respectivas formalidades, o qual deverá enfrentar, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal:**

- A) a questão atinente à iniciativa do projeto de lei e a competência legislativa do ente federativo;**
- B) o eventual enquadramento das disposições como norma geral e a distinção entre as hipóteses de contratação direta com relação a serviços, mediante o apontamento daquela que é objeto de análise.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

---

37

---

38

---

39

---

40

---

41

---

42

---

43

---

44

---

45

---

46

---

47

---

48

---

49

---

50

---

51

---

52

---

53

---

54

---

55

---

56

---

57

---

58

---

59

---

60

---

Realização

